
FALHAS NOS INDICADORES DE HIGIENE OCUPACIONAL E O AUMENTO DO ADOECIMENTO DOCENTE NO ESTADO DE SÃO PAULO

FAILURES IN OCCUPATIONAL HYGIENE INDICATORS AND THE INCREASE
IN TEACHER ILLNESS IN THE STATE OF SÃO PAULO

Ciências da Saúde • 10/04/2026

REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/775773093](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/775773093)

Thiago Inocência Trofelli¹

Giovanna Oliveira Hara de Moraes²

Hiago Torralbo Quintana³

Alexsandro Narciso de Oliveira⁴

Paulo Henrique Dias Trofelli⁵

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar as falhas nos indicadores de higiene ocupacional e sua relação com o aumento do adoecimento físico e mental dos professores da rede pública do Estado de São Paulo. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de caráter descritivo e exploratório, desenvolvida por meio de levantamento bibliográfico em obras e artigos científicos das áreas de saúde do trabalhador, ergonomia e educação. Os resultados evidenciam que as condições de trabalho docente são marcadas pela intensificação das atividades, acúmulo de funções, pressão por resultados e precariedade estrutural, fatores que contribuem diretamente para o desgaste físico e emocional dos profissionais. Observou-se que os indicadores tradicionais de higiene ocupacional apresentam limitações significativas, uma vez que não contemplam adequadamente os riscos psicossociais e organizacionais predominantes no ambiente escolar. Como consequência, há um aumento expressivo de agravos à saúde, como estresse, ansiedade, depressão, síndrome de burnout e distúrbios musculoesqueléticos. Conclui-se que as falhas nos indicadores de higiene ocupacional contribuem para a invisibilidade dos riscos e dificultam a implementação de medidas preventivas eficazes, sendo necessária a adoção de uma abordagem mais ampla, que considere os aspectos organizacionais e humanos do trabalho docente.

Palavras-chave: adoecimento docente; higiene ocupacional; saúde do trabalhador; trabalho docente; riscos ocupacionais.

ABSTRACT

This study aims to analyze the failures in occupational hygiene indicators and their relationship with the increase in physical and mental illness among public school teachers in the state of São Paulo. It is qualitative research with a descriptive and exploratory

approach, developed through a bibliographic review of books and scientific articles in the fields of occupational health, ergonomics, and education. The results show that teachers' working conditions are characterized by work intensification, accumulation of tasks, pressure for results, and inadequate infrastructure, factors that directly contribute to physical and emotional exhaustion. It was observed that traditional occupational hygiene indicators have significant limitations, as they do not adequately address psychosocial and organizational risks prevalent in the school environment. Consequently, there is a significant increase in health problems such as stress, anxiety, depression, burnout syndrome, and musculoskeletal disorders. It is concluded that failures in occupational hygiene indicators contribute to the invisibility of risks and hinder the implementation of effective preventive measures, highlighting the need for a broader approach that considers organizational and human aspects of teaching work.

Keywords: occupational health; occupational risks; occupational hygiene; teacher illness; teaching work.

1. INTRODUÇÃO

A profissão docente desempenha um papel fundamental na formação social e educacional, sendo essencial para o desenvolvimento humano e a construção do conhecimento. No entanto, nas últimas décadas, tem-se observado um aumento significativo nos índices de adoecimento físico e mental entre professores da rede pública, especialmente no Estado de São Paulo. Esse cenário tem despertado preocupação no campo da saúde e segurança do trabalho, evidenciando a necessidade de uma análise mais aprofundada das condições laborais às quais esses profissionais estão submetidos.

A atividade docente é caracterizada por uma série de exigências que vão além da sala de aula, incluindo planejamento pedagógico, correção de atividades, participação em reuniões e cumprimento de metas institucionais. Além disso, fatores como salas superlotadas, indisciplina dos alunos, infraestrutura inadequada e jornadas de trabalho extensas contribuem para a intensificação do trabalho docente. Tais condições favorecem o desgaste físico e emocional, tornando os professores mais suscetíveis ao adoecimento.

Nesse contexto, a higiene ocupacional, enquanto área responsável pela antecipação, reconhecimento, avaliação e controle dos riscos presentes no ambiente de trabalho, deveria atuar como um instrumento essencial na prevenção de agravos à saúde desses profissionais. No entanto, observa-se a existência de falhas nos indicadores de higiene ocupacional aplicados ao ambiente escolar, especialmente no que diz respeito à avaliação de riscos psicossociais e organizacionais, que são predominantes na atividade docente.

Entre os principais agravos à saúde dos professores, destacam-se os transtornos mentais, como estresse, ansiedade, depressão e síndrome de burnout, além de problemas físicos, como distúrbios musculoesqueléticos e alterações vocais. Esses problemas estão diretamente relacionados às condições de trabalho e à ausência de medidas preventivas eficazes. A falta de monitoramento adequado desses indicadores contribui para a invisibilidade do problema e dificulta a implementação de políticas públicas voltadas à saúde do trabalhador docente.

Além disso, a sobrecarga de trabalho e a pressão por resultados educacionais têm intensificado o processo de adoecimento, uma vez que os professores são constantemente cobrados por desempenho,

muitas vezes sem o suporte necessário. Esse cenário revela uma discrepância entre as exigências institucionais e as condições reais de trabalho, configurando um ambiente propício ao desgaste profissional.

Diante desse contexto, surge a seguinte questão norteadora: de que forma as falhas nos indicadores de higiene ocupacional contribuem para o aumento do adoecimento físico e mental dos professores da rede pública do Estado de São Paulo? A partir dessa problemática, o presente estudo busca analisar as condições de trabalho desses profissionais, identificar os principais fatores de risco e discutir a importância da higiene ocupacional como ferramenta de prevenção.

Assim, justifica-se a relevância deste estudo pela necessidade de ampliar a discussão sobre a saúde do trabalhador docente, destacando a importância da implementação de indicadores mais eficazes e de políticas que promovam condições de trabalho mais adequadas. A compreensão desses aspectos é fundamental para a valorização da profissão e para a construção de um ambiente educacional mais saudável e sustentável.

2. OBJETIVOS

2.1. Objetivo Geral

Analisar as falhas nos indicadores de higiene ocupacional e sua relação com o aumento do adoecimento físico e mental dos professores da rede pública do Estado de São Paulo.

2.2. Objetivos Específicos

- Identificar as principais condições de trabalho dos professores da rede pública estadual de São Paulo;
- Descrever os principais riscos ocupacionais presentes no ambiente escolar, com ênfase nos riscos psicossociais e organizacionais;
- Analisar as falhas nos indicadores de higiene ocupacional aplicados à atividade docente;
- Investigar os principais agravos à saúde dos professores, incluindo transtornos mentais e doenças físicas;
- Relacionar a sobrecarga de trabalho e a pressão por resultados com o aumento do adoecimento docente;
- Discutir a importância da higiene ocupacional como ferramenta de prevenção e promoção da saúde no ambiente escolar.

3. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza descritiva e exploratória, tendo como objetivo analisar as falhas nos indicadores de higiene ocupacional e sua relação com o aumento do adoecimento físico e mental dos professores da rede pública do Estado de São Paulo. A escolha pela abordagem qualitativa justifica-se pela necessidade de compreender, de forma aprofundada, os aspectos subjetivos e organizacionais envolvidos nas condições de trabalho docente, bem como seus impactos na saúde dos profissionais (DEJOURS, 2015).

Segundo Antônio Carlos Gil, a pesquisa descritiva tem como finalidade principal descrever as características de determinada população ou fenômeno, além de estabelecer relações entre variáveis. Nesse sentido, este estudo busca descrever as condições de trabalho dos professores e identificar os principais fatores que contribuem para o adoecimento. Além disso, apresenta caráter exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, permitindo sua melhor compreensão.

O procedimento metodológico adotado foi a pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir da análise de materiais já publicados, como livros, artigos científicos, teses, dissertações e documentos oficiais relacionados à saúde do trabalhador, higiene ocupacional e condições de trabalho docente. A pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador acessar um amplo conjunto de informações, contribuindo para a construção de um referencial teórico consistente e fundamentado.

Foram utilizados autores reconhecidos nas áreas de saúde do trabalhador, ergonomia, psicodinâmica do trabalho e educação. Destacam-se as contribuições de Christophe Dejours, que aborda a relação entre organização do trabalho e sofrimento psíquico, evidenciando como ambientes laborais com alta exigência e baixo suporte podem desencadear adoecimento mental. Também foram consideradas as contribuições de Ricardo Antunes, que discute a intensificação e precarização do trabalho contemporâneo, incluindo o contexto educacional (DEJOURS, 2015; ANTUNES, 2009).

No campo da higiene ocupacional, foram analisados conceitos relacionados à identificação, avaliação e controle de riscos ocupacionais, com base em autores como Itiro Iida, que destaca a

importância da adaptação das condições de trabalho às capacidades humanas, e Laerte Idal Sznelwar, que discute a relação entre ergonomia, saúde e segurança no trabalho (IIDA, 2005; SZNELWAR, 2015).

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento em bases de dados acadêmicas, incluindo periódicos científicos e publicações especializadas nas áreas de educação e saúde ocupacional. Também foram considerados documentos institucionais e relatórios relacionados à saúde dos professores da rede pública do Estado de São Paulo, buscando identificar padrões de adoecimento e suas possíveis causas (BRASIL, 2018; OIT, 2019).

Os critérios de inclusão dos materiais analisados envolveram a relevância temática, a atualidade das publicações e a credibilidade das fontes. Foram priorizados estudos que abordam diretamente o adoecimento docente, os riscos psicossociais no ambiente escolar e as falhas nos sistemas de avaliação e controle de riscos ocupacionais. Por outro lado, foram excluídos materiais que não apresentavam fundamentação científica consistente ou que não estavam diretamente relacionados ao tema proposto (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005; OLIVEIRA, 2004).

A análise dos dados foi realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Laurence Bardin. Essa técnica possibilita a interpretação sistemática das informações coletadas, permitindo a identificação de categorias temáticas relevantes, como condições de trabalho, riscos ocupacionais, indicadores de higiene ocupacional e adoecimento docente.

Além disso, foram considerados aspectos relacionados aos riscos psicossociais, que têm se mostrado cada vez mais relevantes no contexto da atividade docente. Esses riscos incluem fatores como sobrecarga de trabalho, pressão por resultados, falta de reconhecimento profissional e condições inadequadas de trabalho, os quais nem sempre são contemplados pelos indicadores tradicionais de higiene ocupacional (CODD, 1999; DEJOURS, 2004).

Cabe destacar que, por se tratar de uma pesquisa bibliográfica, não houve necessidade de submissão a comitê de ética em pesquisa, uma vez que não foram realizados estudos diretamente com seres humanos. No entanto, foram respeitados todos os princípios éticos relacionados à produção científica, incluindo a correta citação das fontes e o respeito às ideias dos autores utilizados.

Por fim, a metodologia adotada permitiu uma análise crítica e fundamentada sobre as condições de trabalho dos professores e as falhas nos indicadores de higiene ocupacional. A utilização de diferentes referenciais teóricos contribuiu para uma compreensão ampla do fenômeno, possibilitando identificar lacunas nas práticas de prevenção e reforçando a necessidade de melhorias nas políticas voltadas à saúde do trabalhador docente (ANTUNES, 2009; DEJOURS, 2015; GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Condições de Trabalho Docente e Intensificação da Atividade Profissional

A análise dos dados evidencia que as condições de trabalho dos professores da rede pública do Estado de São Paulo são marcadas por um processo crescente de intensificação laboral, caracterizado

pelo acúmulo de funções, aumento das demandas institucionais e precarização das condições estruturais. Esse cenário contribui diretamente para o desgaste físico e mental dos profissionais, configurando um ambiente propício ao adoecimento ocupacional (OLIVEIRA, 2004).

A atividade docente ultrapassa, de forma significativa, o espaço da sala de aula. Além das aulas, os professores são responsáveis por planejamento pedagógico, elaboração e correção de avaliações, participação em reuniões, preenchimento de relatórios e cumprimento de metas estabelecidas pelas instituições de ensino. Essa multiplicidade de tarefas amplia a carga de trabalho e reduz o tempo de descanso e recuperação, intensificando o desgaste ao longo da jornada (CODD, 1999).

Outro fator relevante é a superlotação das salas de aula, que dificulta o processo de ensino-aprendizagem e aumenta o nível de exigência física e emocional do professor. O gerenciamento de turmas numerosas exige maior esforço vocal, atenção constante e controle disciplinar, o que contribui para o aumento do estresse e da fadiga. Além disso, a indisciplina e a falta de suporte institucional agravam ainda mais essa situação, tornando o ambiente de trabalho mais desgastante (GASPARINI; BARRETO; ASSUNÇÃO, 2005).

A infraestrutura das escolas também se apresenta como um elemento crítico. Ambientes inadequados, com ventilação insuficiente, iluminação precária e condições físicas insatisfatórias, impactam diretamente a saúde dos docentes. Esses fatores, que deveriam ser contemplados pelos indicadores de higiene ocupacional, muitas vezes são negligenciados, evidenciando falhas

na avaliação e controle dos riscos presentes no ambiente escolar (IIDA, 2005; OIT, 2019).

De acordo com Ricardo Antunes, o mundo do trabalho contemporâneo tem sido marcado pela intensificação das atividades e pela ampliação das exigências sobre os trabalhadores, sem a correspondente melhoria nas condições laborais. No caso dos professores, essa lógica se manifesta por meio da sobrecarga de tarefas e da pressão por resultados educacionais, o que contribui para o aumento do desgaste físico e emocional (ANTUNES, 2009).

Além disso, a implementação de políticas educacionais baseadas em desempenho e produtividade tem ampliado a cobrança sobre os docentes. A exigência por resultados em avaliações externas e indicadores de rendimento escolar gera um ambiente de constante pressão, no qual o professor é responsabilizado pelo desempenho dos alunos, muitas vezes sem considerar os fatores socioeconômicos que influenciam o processo educativo (OLIVEIRA, 2004).

Sob a perspectiva da psicodinâmica do trabalho, Christophe Dejours destaca que a intensificação do trabalho e a falta de reconhecimento são fatores determinantes para o sofrimento psíquico. No contexto docente, essa realidade se traduz na sensação de desvalorização profissional, na perda de sentido do trabalho e no aumento do estresse ocupacional (DEJOURS, 2015; DEJOURS, 2004).

Outro aspecto importante refere-se à extensão da jornada de trabalho para além do ambiente escolar. Muitos professores realizam atividades em casa, como correção de provas e planejamento de aulas, o que dificulta a separação entre vida profissional e pessoal. Essa sobreposição de papéis contribui para o esgotamento físico e

mental, reduzindo a qualidade de vida desses profissionais (CODO, 1999).

A análise também evidencia que, apesar da complexidade das condições de trabalho, há uma ausência de indicadores eficazes que consigam mensurar adequadamente esses fatores. A higiene ocupacional, tradicionalmente voltada para riscos físicos, químicos e biológicos, ainda apresenta limitações na avaliação de riscos psicossociais e organizacionais, que são predominantes na atividade docente (SZNELWAR, 2015; BRASIL, 2018).

Nesse sentido, os resultados apontam que as condições de trabalho dos professores da rede pública do Estado de São Paulo são marcadas por múltiplos fatores de risco, que não são devidamente contemplados pelos indicadores existentes. Essa lacuna contribui para a invisibilidade do problema e dificulta a implementação de medidas preventivas eficazes (OIT, 2019).

Portanto, a intensificação da atividade docente deve ser compreendida como um elemento central na análise do adoecimento dos professores, estando diretamente relacionada às falhas nos sistemas de avaliação e controle de riscos ocupacionais. A melhoria dessas condições depende de uma abordagem mais ampla, que considere não apenas os aspectos físicos do ambiente de trabalho, mas também os fatores organizacionais e psicossociais que impactam a saúde dos trabalhadores (ANTUNES, 2009; DEJOURS, 2015; SZNELWAR, 2015).

4.2. Falhas nos Indicadores de Higiene Ocupacional no Ambiente Escolar

A análise dos dados evidencia que os indicadores de higiene ocupacional tradicionalmente utilizados apresentam limitações significativas quando aplicados ao contexto da atividade docente, especialmente no que se refere à identificação e controle de riscos psicossociais e organizacionais. Essa lacuna contribui diretamente para a invisibilidade de fatores que impactam de forma relevante a saúde dos professores, favorecendo o aumento dos índices de adoecimento (SZNELWAR, 2015).

A higiene ocupacional, enquanto campo de estudo, tem como objetivo a antecipação, o reconhecimento, a avaliação e o controle dos riscos ambientais que possam afetar a saúde dos trabalhadores. Historicamente, sua atuação esteve voltada principalmente para riscos físicos, químicos e biológicos, como ruído, temperatura, agentes tóxicos e microrganismos. No entanto, no ambiente escolar, os principais fatores de risco estão relacionados a aspectos organizacionais e psicossociais, que muitas vezes não são adequadamente mensurados por esses indicadores tradicionais (OIT, 2019).

De acordo com Itiro Iida, a análise das condições de trabalho deve considerar a adaptação do sistema produtivo às capacidades e limitações humanas, incluindo fatores cognitivos e organizacionais. No caso da atividade docente, essa adaptação é frequentemente negligenciada, uma vez que os instrumentos de avaliação não contemplam adequadamente elementos como carga mental, pressão emocional e sobrecarga de tarefas (IIDA, 2005).

Um dos principais problemas identificados é a ausência de indicadores específicos para mensurar riscos psicossociais no ambiente escolar. Fatores como estresse ocupacional, pressão por

resultados, conflitos interpessoais, falta de reconhecimento profissional e insegurança no trabalho não são devidamente monitorados, apesar de serem determinantes para o adoecimento dos professores (CODDO, 1999).

Segundo Christophe Dejours, o sofrimento psíquico no trabalho está diretamente relacionado à organização das atividades e à forma como o trabalhador vivencia suas experiências no ambiente laboral. Quando esses aspectos não são considerados nos sistemas de avaliação, cria-se uma lacuna que impede a identificação precoce dos fatores de risco, contribuindo para a evolução de quadros de adoecimento (DEJOURS, 2015; DEJOURS, 2004).

Outro aspecto relevante refere-se à subvalorização dos riscos ergonômicos organizacionais. Embora a ergonomia seja reconhecida como um elemento importante na prevenção de doenças ocupacionais, sua aplicação no ambiente escolar ainda é limitada. A ausência de avaliações sistemáticas sobre carga de trabalho, tempo de descanso, ritmo de atividades e exigências cognitivas demonstra uma falha significativa nos indicadores utilizados (IIDA, 2005; SZNELWAR, 2015).

Além disso, os sistemas de monitoramento existentes tendem a focar em aspectos quantitativos, como frequência de afastamentos e número de licenças médicas, em vez de atuar de forma preventiva. Essa abordagem reativa impede a identificação das causas do adoecimento, limitando-se a tratar suas consequências. Dessa forma, a higiene ocupacional deixa de cumprir seu papel principal, que é a prevenção de riscos (OIT, 2019; BRASIL, 2018).

Outro fator que contribui para essa falha é a falta de integração entre as áreas de saúde, educação e gestão do trabalho. A ausência de uma abordagem interdisciplinar dificulta a construção de indicadores mais abrangentes, capazes de refletir a complexidade do ambiente escolar. A análise do trabalho deve considerar a interação entre diferentes dimensões, incluindo aspectos técnicos, organizacionais e humanos (SZNELWAR, 2015).

A análise também evidencia que há uma tendência à naturalização das condições adversas de trabalho no ambiente escolar. Problemas como sobrecarga, estresse e falta de recursos são frequentemente vistos como inerentes à profissão docente, o que contribui para a ausência de ações efetivas de prevenção (OLIVEIRA, 2004).

Além disso, a ausência de participação dos professores na construção desses indicadores representa uma limitação importante. Os trabalhadores, por vivenciarem diretamente as condições de trabalho, possuem conhecimento fundamental para a identificação dos riscos. No entanto, sua exclusão dos processos decisórios compromete a eficácia das medidas adotadas (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, os resultados indicam que as falhas nos indicadores de higiene ocupacional não estão apenas relacionadas à ausência de instrumentos adequados, mas também à forma como o trabalho docente é compreendido e gerido. A predominância de uma visão tradicional, focada em riscos físicos, impede a identificação de fatores mais complexos, como os riscos psicossociais, que são centrais no contexto educacional (SZNELWAR, 2015; DEJOURS, 2015).

Portanto, a discussão evidencia a necessidade de revisão dos modelos de avaliação utilizados, com a incorporação de indicadores que contemplem a dimensão organizacional e psicossocial do trabalho docente. A ampliação dessa abordagem é fundamental para a construção de estratégias preventivas mais eficazes, capazes de reduzir o adoecimento e promover a saúde dos professores (ANTUNES, 2009; DEJOURS, 2015; SZNELWAR, 2015).

4.3. Adoecimento Físico e Mental dos Professores e Sua Relação com o Ambiente de Trabalho

A análise dos dados evidencia que os indicadores de higiene ocupacional tradicionalmente utilizados apresentam limitações significativas quando aplicados ao contexto da atividade docente, especialmente no que se refere à identificação e controle de riscos psicossociais e organizacionais. Essa lacuna contribui diretamente para a invisibilidade de fatores que impactam de forma relevante a saúde dos professores, favorecendo o aumento dos índices de adoecimento (SZNELWAR, 2015).

A higiene ocupacional, enquanto campo de estudo, tem como objetivo a antecipação, o reconhecimento, a avaliação e o controle dos riscos ambientais que possam afetar a saúde dos trabalhadores. Historicamente, sua atuação esteve voltada principalmente para riscos físicos, químicos e biológicos, como ruído, temperatura, agentes tóxicos e microrganismos. No entanto, no ambiente escolar, os principais fatores de risco estão relacionados a aspectos organizacionais e psicossociais, que muitas vezes não são adequadamente mensurados por esses indicadores tradicionais (OIT, 2019).

De acordo com Itiro Iida, a análise das condições de trabalho deve considerar a adaptação do sistema produtivo às capacidades e limitações humanas, incluindo fatores cognitivos e organizacionais. No caso da atividade docente, essa adaptação é frequentemente negligenciada, uma vez que os instrumentos de avaliação não contemplam adequadamente elementos como carga mental, pressão emocional e sobrecarga de tarefas (IIDA, 2005).

Um dos principais problemas identificados é a ausência de indicadores específicos para mensurar riscos psicossociais no ambiente escolar. Fatores como estresse ocupacional, pressão por resultados, conflitos interpessoais, falta de reconhecimento profissional e insegurança no trabalho não são devidamente monitorados, apesar de serem determinantes para o adoecimento dos professores (CODO, 1999).

Segundo Christophe Dejours, o sofrimento psíquico no trabalho está diretamente relacionado à organização das atividades e à forma como o trabalhador vivencia suas experiências no ambiente laboral. Quando esses aspectos não são considerados nos sistemas de avaliação, cria-se uma lacuna que impede a identificação precoce dos fatores de risco, contribuindo para a evolução de quadros de adoecimento (DEJOURS, 2015; DEJOURS, 2004).

Outro aspecto relevante refere-se à subvalorização dos riscos ergonômicos organizacionais. Embora a ergonomia seja reconhecida como um elemento importante na prevenção de doenças ocupacionais, sua aplicação no ambiente escolar ainda é limitada. A ausência de avaliações sistemáticas sobre carga de trabalho, tempo de descanso, ritmo de atividades e exigências

cognitivas demonstra uma falha significativa nos indicadores utilizados (IIDA, 2005; SZNELWAR, 2015).

Além disso, os sistemas de monitoramento existentes tendem a focar em aspectos quantitativos, como frequência de afastamentos e número de licenças médicas, em vez de atuar de forma preventiva. Essa abordagem reativa impede a identificação das causas do adoecimento, limitando-se a tratar suas consequências. Dessa forma, a higiene ocupacional deixa de cumprir seu papel principal, que é a prevenção de riscos (OIT, 2019; BRASIL, 2018).

Outro fator que contribui para essa falha é a falta de integração entre as áreas de saúde, educação e gestão do trabalho. A ausência de uma abordagem interdisciplinar dificulta a construção de indicadores mais abrangentes, capazes de refletir a complexidade do ambiente escolar. A análise do trabalho deve considerar a interação entre diferentes dimensões, incluindo aspectos técnicos, organizacionais e humanos (SZNELWAR, 2015).

A análise também evidencia que há uma tendência à naturalização das condições adversas de trabalho no ambiente escolar. Problemas como sobrecarga, estresse e falta de recursos são frequentemente vistos como inerentes à profissão docente, o que contribui para a ausência de ações efetivas de prevenção (OLIVEIRA, 2004).

Além disso, a ausência de participação dos professores na construção desses indicadores representa uma limitação importante. Os trabalhadores, por vivenciarem diretamente as condições de trabalho, possuem conhecimento fundamental para a identificação dos riscos. No entanto, sua exclusão dos processos

decisórios compromete a eficácia das medidas adotadas (ANTUNES, 2009).

Dessa forma, os resultados indicam que as falhas nos indicadores de higiene ocupacional não estão apenas relacionadas à ausência de instrumentos adequados, mas também à forma como o trabalho docente é compreendido e gerido. A predominância de uma visão tradicional, focada em riscos físicos, impede a identificação de fatores mais complexos, como os riscos psicossociais, que são centrais no contexto educacional (SZNELWAR, 2015; DEJOURS, 2015).

Portanto, a discussão evidencia a necessidade de revisão dos modelos de avaliação utilizados, com a incorporação de indicadores que contemplem a dimensão organizacional e psicossocial do trabalho docente. A ampliação dessa abordagem é fundamental para a construção de estratégias preventivas mais eficazes, capazes de reduzir o adoecimento e promover a saúde dos professores (ANTUNES, 2009; DEJOURS, 2015; SZNELWAR, 2015).

4.4. Higiene Ocupacional e Estratégias de Prevenção no Ambiente Escolar

A análise dos dados permite compreender que o aumento do adoecimento docente está diretamente relacionado às falhas nos indicadores de higiene ocupacional, especialmente no que se refere à ausência de avaliação e controle dos riscos psicossociais e organizacionais. Nesse sentido, a higiene ocupacional deve ser ampliada e adaptada ao contexto educacional, de modo a contemplar a complexidade das condições de trabalho dos professores (SZNELWAR, 2015).

Tradicionalmente, a higiene ocupacional concentra-se na identificação e controle de riscos físicos, químicos e biológicos. No entanto, no ambiente escolar, os principais fatores de risco estão associados à organização do trabalho, à carga mental e às relações interpessoais. Dessa forma, torna-se fundamental a incorporação de indicadores que permitam avaliar aspectos como estresse ocupacional, sobrecarga de trabalho, pressão por resultados e condições emocionais dos docentes (OIT, 2019).

De acordo com Itiro lida, a adaptação do trabalho às características humanas deve considerar não apenas os aspectos físicos, mas também os fatores cognitivos e organizacionais. No contexto escolar, essa adaptação ainda é limitada, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais abrangente, que integre os princípios da ergonomia organizacional às práticas de higiene ocupacional (IIDA, 2005).

Uma das principais estratégias de prevenção refere-se à melhoria das condições de trabalho nas escolas. Isso inclui investimentos em infraestrutura adequada, redução do número de alunos por sala, melhoria da ventilação e iluminação, além da disponibilização de recursos didáticos que facilitem o processo de ensino-aprendizagem. Essas medidas contribuem para a redução da sobrecarga física e mental dos professores, promovendo um ambiente mais saudável (OLIVEIRA, 2004).

Outra ação importante diz respeito à reorganização da carga de trabalho docente. A distribuição equilibrada das atividades, com garantia de tempo adequado para planejamento e descanso, é fundamental para evitar o esgotamento profissional. Além disso, a revisão das exigências institucionais e das metas de desempenho

pode contribuir para a redução da pressão sobre os professores, favorecendo melhores condições de trabalho (ANTUNES, 2009).

A capacitação de gestores escolares também se apresenta como uma estratégia essencial. É necessário que diretores e coordenadores estejam preparados para identificar sinais de adoecimento e atuar de forma preventiva, promovendo um ambiente de trabalho mais acolhedor e respeitoso. O reconhecimento no trabalho é um elemento central para a construção da saúde mental, sendo fundamental para o bem-estar dos trabalhadores (DEJOURS, 2015).

Além disso, a implementação de programas de saúde do trabalhador voltados especificamente para os docentes pode contribuir significativamente para a prevenção de doenças ocupacionais. Esses programas devem incluir acompanhamento psicológico, orientação ergonômica, ações educativas e campanhas de conscientização sobre saúde mental e qualidade de vida no trabalho (CODDO, 1999).

Outro aspecto relevante é a necessidade de revisão e ampliação dos indicadores de higiene ocupacional. É fundamental que esses indicadores passem a contemplar os riscos psicossociais, permitindo a identificação precoce de fatores que possam levar ao adoecimento. A utilização de instrumentos de avaliação mais abrangentes pode auxiliar na elaboração de políticas públicas mais eficazes e direcionadas à realidade dos professores (SZNELWAR, 2015).

A participação dos docentes na construção dessas estratégias também é essencial. Ao envolver os trabalhadores no processo de

identificação de problemas e elaboração de soluções, aumenta-se a efetividade das medidas adotadas e promove-se maior engajamento. A experiência cotidiana dos professores é fundamental para compreender as reais condições de trabalho e propor intervenções adequadas (CODO, 1999).

Além disso, a atuação dos órgãos públicos e das políticas educacionais é determinante para a melhoria das condições de trabalho. A implementação de normas e diretrizes voltadas à saúde do trabalhador docente deve ser acompanhada de fiscalização e investimentos adequados, garantindo que as medidas propostas sejam efetivamente aplicadas (OIT, 2019; BRASIL, 2018).

Dessa forma, os resultados evidenciam que a prevenção do adoecimento docente depende de uma mudança na forma como a higiene ocupacional é aplicada no ambiente escolar. É necessário superar a visão tradicional, incorporando uma abordagem mais ampla e integrada, que considere os aspectos organizacionais, psicossociais e humanos do trabalho (SZNELWAR, 2015; DEJOURS, 2015).

Portanto, a promoção da saúde dos professores exige a adoção de estratégias que vão além do controle de riscos físicos, envolvendo mudanças estruturais na organização do trabalho e na gestão educacional. A implementação dessas medidas é fundamental para a construção de um ambiente escolar mais saudável, valorizando o profissional docente e contribuindo para a qualidade da educação (ANTUNES, 2009; OLIVEIRA, 2004).

5. CONCLUSÃO

A partir da análise realizada, foi possível compreender que o aumento do adoecimento físico e mental dos professores da rede pública do Estado de São Paulo está diretamente relacionado às condições de trabalho e, principalmente, às falhas nos indicadores de higiene ocupacional. Esses indicadores, tradicionalmente voltados à avaliação de riscos físicos, químicos e biológicos, mostram-se insuficientes para captar a complexidade dos fatores presentes no ambiente escolar, especialmente aqueles de natureza psicossocial e organizacional.

Observou-se que a intensificação da atividade docente, caracterizada pelo acúmulo de funções, jornadas extensas, pressão por resultados e falta de infraestrutura adequada, contribui significativamente para o desgaste dos professores. Esse cenário, aliado à ausência de mecanismos eficazes de monitoramento e prevenção, favorece o desenvolvimento de diversos agravos à saúde, como estresse, ansiedade, depressão, síndrome de burnout e problemas físicos relacionados à sobrecarga de trabalho.

Além disso, verificou-se que a falta de reconhecimento profissional e o distanciamento entre as exigências institucionais e as condições reais de trabalho ampliam o sofrimento dos docentes, comprometendo sua qualidade de vida e sua capacidade de atuação. A ausência de indicadores que considerem esses aspectos contribui para a invisibilidade do problema, dificultando a implementação de ações preventivas e de políticas públicas eficazes.

Nesse contexto, a higiene ocupacional deve ser compreendida de forma mais ampla, incorporando a análise dos riscos psicossociais e organizacionais como elementos centrais na prevenção do adoecimento. A integração com os princípios da ergonomia

organizacional mostra-se essencial para a construção de ambientes de trabalho mais saudáveis, que respeitem os limites físicos e psicológicos dos professores.

Dessa forma, torna-se fundamental a revisão dos indicadores atualmente utilizados, bem como a implementação de estratégias que promovam melhores condições de trabalho, como a reorganização da carga horária, melhoria da infraestrutura escolar, valorização profissional e criação de programas de saúde voltados aos docentes. A participação ativa dos professores nesse processo também é indispensável para garantir a efetividade das medidas adotadas.

Conclui-se, portanto, que o adoecimento docente não é um problema isolado, mas sim resultado de falhas estruturais na organização do trabalho e na gestão da saúde ocupacional. A superação desse cenário exige uma mudança de paradigma, na qual a valorização do professor e a promoção de sua saúde sejam prioridades. Somente a partir dessa perspectiva será possível garantir um ambiente educacional mais saudável, sustentável e capaz de cumprir sua função social de forma plena.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde do trabalhador e da trabalhadora.** Brasília: Ministério da Saúde, 2018.

CODO, Wanderley (Org.). **Educação: carinho e trabalho.** Petrópolis: Vozes, 1999.

DEJOURS, Christophe. **A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

DEJOURS, Christophe. **Subjetividade, trabalho e ação.** Revista Produção, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 27-34, 2004.

GASPARINI, Sandra Maria; BARRETO, Sandhi Maria; ASSUNÇÃO, Ada Ávila. **O professor, as condições de trabalho e os efeitos sobre sua saúde.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 189-199, 2005.

IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção.** 2. ed. São Paulo: Blucher, 2005.

SZNE LWAR, Laerte Idal. **Ergonomia e trabalho: produção, saúde e segurança.** São Paulo: Blucher, 2015.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Ambientes de trabalho seguros e saudáveis: um guia para empregadores e trabalhadores.** Genebra: OIT, 2019.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **Reformas educacionais e condições de trabalho docente.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 25, n. 89, p. 1127-1144, 2004.

¹ Mestrado em Políticas Públicas pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC. E-mail: thiagoinocenciotrofelli@gmail.com

² Graduanda em Enfermagem pela Universidade de Mogi das Cruzes – UMC. E-mail: giovanaharaoliver@gmail.com

³ Especialista em Segurança e Medicina do Trabalho e Perícia Criminal pela faculdade UniMinas. E-mail: torralbo.hiago@gmail.com

⁴ Mestrado em Gestão de Cuidados da Saúde pela Universidade da Amazônia UNAMA. E-mail: ano_alexandro@yahoo.com

⁵ Graduando em Enfermagem pela Universidade de Mogi das Cruzes - UMC. E-mail: paulotdias5@gmail.com